

O PDU e a saga dos espertos

AS 23404
Stan Stein

Os espertos têm pressa, disse ninguém duvida. Agem na velocidade de um fugitivo da lei, porque vivem atormentados pelo fantasma do flagrante e, quem sabe, da condenação da própria consciência.



A polêmica, criada nesta semana, na Câmara de Vitória, com a aprovação da emenda à Lei Orgânica, para conceder aos vereadores poderes para mudar o Plano Diretor Urbano, (até agora uma atribuição do Executivo), é mais uma demonstração da esperteza daqueles que se fazem passar por representantes do interesse público, salvo algumas exceções, que nesse episódio, se configuram, certamente, como desinformados do processo.

Não é preciso ter inteligência privilegiada e nem poderes paranormais para detectar no procedimento desses afoitos legisladores uma clara intenção de transformar o PDU numa banca de negócios, a exemplo de experiências passadas em alguns municípios vizinhos, onde o interesse de grupos econô-

micos prevaleceu sobre a vontade do povo, comprometendo a qualidade de vida de sua população.

Às vésperas de eleições, quando para maus políticos o poder se confunde com barganha pura e simples, é temeroso permitir que uma questão tão séria quanto o PDU fique à mercê de emendas destituídas de fundamentação técnica, movidas apenas pelo desejo eleitoreiro de agradar esse ou aquele segmento que se julgue prejudicado em seus interesses particulares.

Ora, temos que nos habituar, o quanto antes, a pensar no coletivo e sair, definitivamente, do campo das experimentações, porque o que está em jogo é o crescimento da cidade, onde a gente vive, e esse crescimento tem que ser feito de forma disciplinada, planejada e, sobretudo, com responsabilidade.

Pergunto, pois: se o Conselho Municipal do PDU (integrado por representantes do Instituto Jones Santos Neves, lideranças comunitárias, secretarias técnicas da PMV, técnicos da Cesan, Telest e Escelsa, engenheiros, arquitetos, Federação das Indústrias, Federação do Comércio) vem há dez anos atuando com eficiência, por que mudar? As administrações municipais bem-sucedidas nos comprovam que não se constrói uma boa decisão política dispensando-se o instrumento da boa assessoria técnica. Será que da

noite para o dia os 21 vereadores se tornaram iluminados, conhecedores de todas as ciências, para, num só ato, conceber, elaborar todas as novas regras de política urbana, votar e impor à cidade sua concepção de planejamento urbano e de PDU? Por que, então, a mudança?

Os afoitos, que influenciaram a aprovação da emenda, responderão que agem em defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, porque as demandas sobre o PDU recaem sempre sobre os gabinetes dos vereadores, e estes, por dever de ofício, têm que atender seus prováveis eleitores. A história política está repleta de gestos de boa intenção. O purgatório também.

Os desinformados ou que foram ludibriados na sua boa fé, por certo, daqui há algum tempo, se darão conta da teia de aranha onde se meteram e passarão boa parte do seu tempo tentando obstruir sessões para impedir absurdos que a ambição política e o poder econômico desconhecem.

Que não se iludam os desinformados: "O bolo é novo, mas as moscas são antigas..."

A emenda à lei orgânica, se aprovada em segundo turno, colocará Vitória na mira dos exploradores imobiliários e de todos os que não se importam de construir suas riquezas sobre o caos urbano.

É preciso que a sociedade de Vi-

tória se levante para impedir que o interesse de grupos econômicos, contrariados com o atual PDU, se consorcie com a esperteza de alguns vereadores que abusam da boa fé de seus pares e acabe por transformar as revisões do PDU num instrumento de barganhas eleitorais, típicas dos maus políticos.

Quanto à minha atuação no Plenário, afirmo que agi com a indignação natural de quem se vê atingido pela violência do cerceamento da liberdade de expressão e do direito regimental de analisar o parecer do relator, através do voto, como membro da Comissão Temática. Além disso, fui afrontado em dois princípios que norteiam minha vida como vereador: a responsabilidade com a coisa pública e o amor a essa terra.

Hoje, ouço falar na instauração de um tribunal para julgar o ofendido e não o ofensor, pois, se propõe contra mim uma Comissão Especial de Inquérito e uma eventual cassação de mandato.

Que assim seja, e venham os algozes. Não recuarei um só milímetro na defesa do interesse público. Agi dentro da lei e, com base nela, farei minha defesa, nesta causa que, certamente, terá o apoio de todas as pessoas de bem e que amam esta cidade.

Stan Stein é economista e vereador de Vitória

in, STAN. O PDU e a saga dos espertos.
aposta, Vitória 13 abr. 95 p. 05